



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - ESCRIVÃO JUDICIAL

Tipo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Básicos

Texto 1 – Coordenação entre órgãos gestores

Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade.

O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos que muitas vezes impedem que os procedimentos planejados de emergência sejam adotados.

Nesses casos, passam a exigir ações mais criativas e diferenciadas, devendo ser planejadas por equipes de técnicos especializados, com a parceria das universidades.

O gerenciamento de acidentes de trânsito, como a velocidade que se desfaz o local de uma batida numa via estrutural, envolve o uso de equipamentos especiais, como helicópteros, e de pessoal devidamente treinado para isso. É crucial haver integração e coordenação entre os órgãos gestores da mobilidade urbana, para solucionar rapidamente as demandas dessa natureza.

Situações como obras, fechamento de ruas e de faixas de tráfego, enchentes, alagamentos das vias e quedas de encostas e árvores, que impedem a circulação normal de veículos, necessitam de sinalização adequada, de informação relevante e bem veiculada em várias mídias, de agentes de trânsito devidamente preparados, de cavaletes e indicação dos desvios possíveis, para diminuir os impactos negativos.

Podemos fazer analogia com um infarto e um AVC, que impedem o fluxo de sangue e exigem providências urgentes para que a pessoa não morra. O mesmo fenômeno ocorre com o trânsito, para que o fluxo seja restabelecido o mais rápido possível. (Eva Vider, *O Globo*, 9/10/2015 - adaptado)

1

O primeiro parágrafo do texto 1 fala de um Plano de Contingência para o Trânsito; o termo “contingência” tem como melhor definição para o contexto:

- (A) incerteza sobre se uma coisa acontecerá ou não;
- (B) política econômica fundada no princípio da compensação;
- (C) imposição de limite ou quota para a importação de determinada mercadoria;
- (D) controle e fiscalização legal de problemas;
- (E) impedimento de ações irregulares e perturbadoras da ordem pública.

2

“Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos”.

Respeitando-se o paralelismo, as formas que podem substituir adequadamente as formas nominais sublinhadas são:

- (A) que lide / que atue;
- (B) que lide / que atuem;
- (C) que lidasse / que atuasse;
- (D) a liderança / a atuação;
- (E) a lide / atuante.

3

O título dado ao texto 1 – Coordenação entre órgãos gestores – funciona como:

- (A) constatação de uma realidade;
- (B) crítica de uma deficiência;
- (C) ideal a ser atingido;
- (D) ironia diante de fatos repetidos;
- (E) alerta para perigos iminentes.

4

“Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio para lidar com situações emergenciais”.

Nesse segmento do texto 1 há um problema de escritura; o problema está devidamente apontado em:

- (A) “Plano de Contingência” deve ser substituído por “Plano contingente”;
- (B) o termo “trânsito” deve ser substituído por “tráfego”, pois este último se refere à movimentação de veículos e pessoas;
- (C) o termo “situações emergenciais” pode ser reduzido ao termo “situações”, já que todas as situações referidas são emergenciais;
- (D) o verbo “lidar” deve ser substituído por “combater”, já que há um movimento de oposição;
- (E) “planejamento prévio” é redundante e o termo “prévio” poderia ser retirado.

5

A oração adjetiva abaixo sublinhada que deveria vir introduzida com um pronome relativo precedido de preposição é:

- (A) “lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.
- (B) “O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos que muitas vezes impedem que os procedimentos planejados de emergência sejam adotados”.
- (C) “O gerenciamento de acidentes de trânsito, como a velocidade que se desfaz o local de uma batida numa via estrutural”.
- (D) “Situações como obras, fechamento de ruas e de faixas de tráfego, enchentes, alagamentos das vias e quedas de encostas e árvores, que impedem a circulação normal de veículos”.
- (E) “Podemos fazer analogia com um infarto e um AVC, que impedem o fluxo de sangue...”.

6

“...planejamento prévio para lidar com situações emergenciais e atuar em casos que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.

Entre os itens abaixo, aquele que deve ser considerado como causa de transtornos e não como situação emergencial é:

- (A) aumento progressivo do número de veículos;
- (B) enchentes e alagamento das vias;
- (C) deslizamento de encostas;
- (D) obras e fechamentos de ruas;
- (E) quedas de árvores.

7

Abaixo estão vários pares formados por um substantivo seguido de um adjetivo; o par em que o significado do adjetivo mostra-se inadequado é:

- (A) situações emergenciais / referente a um acontecimento perigoso ou fortuito;
- (B) corredores viários / referente ao conjunto de estradas ou caminhos;
- (C) ações diferenciadas / referente a alguma coisa que diverge de outra;
- (D) via estrutural / referente a algo fundamental num conjunto;
- (E) órgãos gestores / referente a algo que gerencia ou administra.

8

No texto 1 aparecem elementos que se relacionam, respectivamente, como causa e consequência; os termos em que essa relação lógica mostra troca de posição é:

- (A) aumento da frota de veículos / congestionamentos;
- (B) intensos congestionamentos / ações criativas e diferenciadas;
- (C) integração de órgãos gestores / solução de demandas;
- (D) gerenciamento de acidentes / uso de equipamentos especiais;
- (E) diminuição de impactos / uso de cavaletes e indicação de desvios.

9

Quando o autor de um texto emprega um substantivo coletivo que não é específico, necessita especificá-lo, que é o que ocorre em “frota de veículos”; o mesmo ocorre no seguinte caso:

- (A) uso de equipamentos;
- (B) equipes de técnicos;
- (C) parceria das universidades;
- (D) procedimentos de emergência;
- (E) circulação de veículos,

10

Entre os segmentos do texto 1 abaixo, aquele que se refere a uma ação potencial, e não real, é:

- (A) “Um Plano de Contingência para o Trânsito necessita de planejamento prévio...”.
- (B) “que venham a causar transtornos nos principais corredores viários de uma cidade”.
- (C) “O aumento progressivo da frota de veículos provoca congestionamentos...”.
- (D) “Nesses casos, passam a exigir ações mais criativas e diferenciadas, ...”.
- (E) “...devendo ser planejadas por equipes de técnicos especializados, com a parceria das universidades”.

11

A analogia final do texto 1 – trânsito e AVC – tem a seguinte finalidade textual:

- (A) criticar indiretamente o sistema brasileiro de saúde;
- (B) intensificar as consequências dos problemas de trânsito;
- (C) criar relações afetivas mais intensas com os leitores;
- (D) possibilitar melhor entendimento dos problemas citados;
- (E) dar vida a acontecimentos vistos como frios e indiferentes.

Texto 2 – Semana Nacional do Trânsito

Estamos no último dia da Semana Nacional do Trânsito e vamos encerrar falando sobre o tema que foi bem escolhido pelo Denatran: Seja Você a Mudança no Trânsito.

Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós.

Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres, passageiros, motoristas, motociclistas, ciclistas, pais, enfim, como cidadãos cujas ações tem reflexo na nossa segurança, assim como dos demais. O pedestre que não respeita a faixa coloca em risco sua vida e também a do motorista e de terceiros. Muitas vezes para desviar de um pedestre e evitar seu atropelamento, um motorista perde o controle do veículo e provoca um acidente grave com outras pessoas que nada têm a ver com o comportamento do pedestre. Não precisamos nem aprofundar as consequências dos motoristas que andam em excesso de velocidade, sob efeito de álcool, ou que dirigem uma carreta cansados. São todos fatores humanos que contribuem para o que chamamos de acidente.

(....) Nesta semana nacional do trânsito pelo menos mil pessoas vão ter morrido nas ruas e nas estradas. Não podemos mais tolerar esses números e, para que isso mude realmente, é preciso que você e cada um de nós sejamos de fato os agentes da mudança na direção de um trânsito mais seguro. Com certeza você pode contribuir para isso, aproveite esta semana para refletir e conversar sobre o tema com seus entes queridos e amigos, afinal, quem morre no trânsito é amigo ou parente de alguém. Ninguém está livre disso.

Rodolfo Alberto Rizzotto (adaptado)

12

A partir da leitura do primeiro parágrafo do texto 2, descobrimos que:

- (A) a Semana Nacional do Trânsito foi comemorada com a realização de palestras e outras atividades;
- (B) os temas das palestras dadas na Semana Nacional do Trânsito diziam respeito à segurança dos passageiros;
- (C) os temas das palestras foram escolhidos por órgãos superiores da administração do trânsito;
- (D) o palestrante do último dia da Semana Nacional do Trânsito foi o responsável pelas palestras anteriores;
- (E) a Semana Nacional do Trânsito foi celebrada com atividades que se relacionavam tematicamente ao trânsito.

13

“Seja você a mudança no trânsito”; a forma de reescrever-se essa mesma frase que mostra uma incorreção da forma verbal no imperativo é:

- (A) sê tu a mudança no trânsito;
- (B) sejamos nós a mudança no trânsito;
- (C) sejam vocês a mudança no trânsito;
- (D) seja ele a mudança no trânsito;
- (E) sejai vós a mudança no trânsito.

14

No texto 2, o autor emprega a primeira pessoa do plural em muitos segmentos. O segmento do texto abaixo que mostra um valor desse emprego diferente dos demais é:

- (A) “Estamos no último dia da Semana Nacional do Trânsito”;
- (B) “... vamos encerrar falando sobre o tema que foi bem escolhido pelo Denatran: Seja Você a Mudança no Trânsito”;
- (C) “Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país”;
- (D) “não podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”;
- (E) “Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres”.

15

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país”.

O comentário abaixo, atribuído a um leitor de um jornal paulista, que comprova a afirmativa acima é:

- (A) “o motorista, após o acidente, saltou do carro nitidamente embriagado”;
- (B) “os automóveis que se encontravam no engarrafamento tentavam escapar pelo acostamento”;
- (C) “a alta velocidade é a maior responsável pela gravidade dos acidentes observados”;
- (D) “a sinalização, escondida atrás das árvores, não é seguida pelos motoristas porque não é vista”;
- (E) “apesar das placas, o número de multados é cada vez maior”.

16

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”.

O desvio de norma culta presente nesse segmento do texto 2 é:

- (A) “Vivemos numa sociedade que tem o hábito”: deveria inserir a preposição “em” antes do “que”;
- (B) “críticas absolutamente procedentes”: o adjetivo “procedentes” deveria ser substituído por “precedentes”;
- (C) “Vivemos numa sociedade”: a forma verbal “Vivemos” deveria ser substituída por “vive-se”;
- (D) “não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito”: deveria inserir-se a preposição “de” antes do “que”;
- (E) “quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”: a forma verbal correta seria “fazemos” e não “faz”.

17

“Vivemos numa sociedade que tem o hábito de responsabilizar o Estado, autoridades e governos pelas mazelas do país. Em muitos casos são críticas absolutamente procedentes, mas, quando o tema é segurança no trânsito, não nos podemos esquecer que quem faz o trânsito são seres humanos, ou seja, somos nós”.

Em termos argumentativos, o autor do texto 2:

- (A) divide a responsabilidade da segurança no trânsito entre as autoridades e a legislação;
- (B) atribui às autoridades uma maior responsabilidade por um trânsito seguro;
- (C) retira das autoridades qualquer responsabilidade sobre a segurança no trânsito;
- (D) isenta parcialmente as autoridades sobre as responsabilidades em relação à segurança no trânsito;
- (E) indica a população como única responsável pela segurança no trânsito.

18

“Deveríamos aproveitar a importância desta semana para refletir sobre nosso comportamento como pedestres, passageiros, motoristas, motociclistas, ciclistas, pais, enfim, como cidadãos cujas ações tem reflexo na nossa segurança, assim como dos demais”.

O comentário correto sobre os componentes desse segmento do texto 2 é:

- (A) a forma verbal “deveríamos” tem como sujeito todos os motoristas;
- (B) a forma verbal “tem” deveria ter acento circunflexo pois seu sujeito está no plural;
- (C) a forma “sobre” deveria ser substituída pela forma “sob”;
- (D) a forma “enfim” deveria ser grafada em duas palavras “em fim”;
- (E) a forma “dos demais” deveria ser substituída por “das demais”, por referir-se ao feminino “ações”.

19

“Nesta semana nacional do trânsito pelo menos mil pessoas vão ter morrido nas ruas e nas estradas. Não podemos mais tolerar esses números e, para que isso mude realmente, é preciso que você e cada um de nós sejamos de fato os agentes da mudança na direção de um trânsito mais seguro. Com certeza você pode contribuir para isso, aproveite esta semana para refletir e conversar sobre o tema com seus entes queridos e amigos, afinal, quem morre no trânsito é amigo ou parente de alguém. Ninguém está livre disso”.

Nesse parágrafo do texto 2, há um conjunto de demonstrativos empregados de forma correta. O comentário inadequado sobre seu emprego é:

- (A) “nesta semana” / a forma “esta” se refere ao momento presente da enunciação;
- (B) “tolerar esses números” / a forma “esses” se refere ao número de mortos citado anteriormente;
- (C) “para que isso mude” / a forma “isso” se refere ao alto número de acidentes fatais;
- (D) “você pode contribuir para isso” / a forma “isso” se refere à mudança do número de mortos;
- (E) “ninguém está livre disso” / a forma “disso” se refere à possibilidade de ter um amigo ou parente morto no trânsito.

20



Deduz-se da leitura que:

- (A) os ciclistas e os motoristas são os mais injustiçados no trânsito;
- (B) todas as falas são atribuídas ao ciclista;
- (C) os pedestres estão sempre em situação perigosa;
- (D) os veículos motorizados são os que mais respeitam as regras de trânsito;
- (E) o menino da tira demonstra a mesma atitude diante de motoristas e ciclistas.

O Colégio Bom Conselho, em Porto Alegre, promoveu um concurso de charges sobre o trânsito e o primeiro lugar foi dado à charge abaixo:



21

Sobre a charge, é correto afirmar que seu tema central é:

- (A) a solidariedade no trânsito;
- (B) as dificuldades de locomoção;
- (C) a violência no trânsito;
- (D) a ausência de autoridade;
- (E) a falta de fiscalização adequada.

22

A charge anterior apoia-se na estrutura de uma figura de linguagem, que é:

- (A) a hipérbole;
- (B) o eufemismo;
- (C) a catacrese;
- (D) o pleonismo;
- (E) a metáfora.

23



A charge mostra uma característica das mudanças no trânsito, que é:

- (A) a dificuldade de locomoção;
- (B) a falta de estacionamentos;
- (C) a ausência de fiscais;
- (D) a presença de criatividade;
- (E) a solidariedade dos motoristas.

Texto 3 – TRÂNSITO: SOLUÇÕES

Em 1997 foram criados os rodízios para diminuir a circulação de veículos em determinados horários na capital paulista. Também foram feitas ciclovias (17,5 km) e campanhas de conscientização. Mas nada disso resolveu o caos no trânsito.

Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego. Porém, elas poluem mais do que veículos novos e são as principais causadoras de mortes no trânsito. Segundo o “Mapa da Violência 2011”, do Instituto Sangari, o número de vítimas fatais no trânsito brasileiro subiu 23,9%, de 1998 a 2008; entre os motociclistas, o aumento foi de 753,8%.

Por isso, cada vez mais especialistas defendem a mobilidade urbana sustentável. Uma das principais mudanças seria o investimento em transporte coletivo e o desestímulo ao individual.

Entre as medidas sugeridas – e uma das mais polêmicas – está a cobrança de pedágio urbano. Ele consiste em cobrar uma tarifa dos motoristas que circulem em determinadas áreas da cidade. O modelo foi implantado pela primeira vez em 1975, em Cingapura, e se espalhou por países europeus.

Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central. As tarifas variam de R\$ 1 a R\$ 4, valor que especialistas acham pouco para que a medida dê resultado.

Há ainda propostas de aumento da malha ferroviária – atualmente, 60% do transporte brasileiro é feito em rodovias. São Paulo, por exemplo, possui apenas 65,3 km de linhas de metrô, enquanto Santiago do Chile (com metade da população paulista) possui 83,2 km e Nova York, 479 km.

Todos esses pontos são avaliados como soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes.

24

No primeiro parágrafo do texto 3 há duas formas verbais na voz passiva: “foram criadas” e “foram feitas”. A opção pela voz passiva faz com que as ações realizadas:

- (A) não mostrem seus agentes;
- (B) se localizem em passado distante;
- (C) se processem simultaneamente;
- (D) sejam atribuídas a agentes diferentes;
- (E) indiquem ações potenciais e não reais.

25

“Também foram feitas ciclovias e campanhas de conscientização”.

A forma ativa dessa frase passiva é:

- (A) fizeram ciclovias e também campanhas de conscientização;
- (B) também fizeram ciclovias e campanhas de conscientização;
- (C) também tinham feito ciclovias e campanhas de conscientização;
- (D) também faziam ciclovias e campanhas de conscientização;
- (E) ciclovias e campanhas de conscientização também eram feitas.

26

Em todos os segmentos abaixo há a preocupação de eliminar-se o QUE das frases originais; a opção em que essa modificação foi feita de forma inadequada é:

- (A) “soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes” / já com problemas semelhantes;
- (B) “Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego” / com menos espaço de ocupação no tráfego;
- (C) “Ele consiste em cobrar uma tarifa dos motoristas que circulam em determinadas áreas da cidade” / com circuito em determinadas áreas da cidade;
- (D) “Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central” / em tráfego na região central;
- (E) “Em São Paulo, há projetos que tramitam na Câmara para cobrar motoristas que trafeguem na região central” / em tramitação na Câmara.

27

“Todos esses pontos são avaliados como soluções para as demais capitais brasileiras e mesmo para cidades de médio porte, que já enfrentam problemas semelhantes”.

A frase abaixo em que o vocábulo “mesmo” aparece com sentido idêntico ao que possui no trecho acima é:

- (A) mesmo com trânsito caótico, muitos saem de carro;
- (B) dizem que o trânsito está engarrafado mesmo!;
- (C) os turistas chegaram no mesmo dia;
- (D) as multas são iguais, mesmo para carros menores;
- (E) andava devagar, mesmo com carro potente.

28

Abaixo estão cinco medidas que pretendem melhorar o problema do trânsito nas grandes cidades. O aspecto positivo de uma delas que, no contexto, está apontado de forma correta é:

- (A) rodízios / melhora a conscientização das pessoas;
- (B) ciclovias / redução da poluição do ar;
- (C) uso de motocicletas / aumento do número de acidentes;
- (D) cobrança de pedágio / aumento da arrecadação municipal;
- (E) incentivo ao transporte coletivo / redução do número de transportes individuais.

29

Entre as frases abaixo, aquela que está empregada em sentido figurado é:

- (A) “Em 1997 foram criados os rodízios para diminuir a circulação de veículos em determinados horários na capital paulista”;
- (B) “Também foram feitas ciclovias (17,5 km) e campanhas de conscientização”;
- (C) “Mas nada disso resolveu o caos no trânsito”;
- (D) “Também foi incentivado o uso de motocicletas, que ocupam menos espaço no tráfego”;
- (E) “Porém, elas poluem mais do que veículos novos e são as principais causadoras de mortes no trânsito”.

30

Entre os termos sublinhados abaixo, aquele que exerce a função de complemento é:

- (A) áreas da cidade;
- (B) campanhas de conscientização;
- (C) cidades de médio porte;
- (D) cobrança de pedágio;
- (E) número de vítimas.

Conhecimentos Específicos

31

Considere a afirmação:

“Mato a cobra e mostro o pau”

A negação lógica dessa afirmação é:

- (A) não mato a cobra ou não mostro o pau;
- (B) não mato a cobra e não mostro o pau;
- (C) não mato a cobra e mostro o pau;
- (D) mato a cobra e não mostro o pau;
- (E) mato a cobra ou não mostro o pau.

32

Francisco vendeu seu carro e, do valor recebido, usou a quarta parte para pagar dívidas, ficando então com R\$ 21.600,00.

Francisco vendeu seu carro por:

- (A) R\$ 27.600,00;
- (B) R\$ 28.400,00;
- (C) R\$ 28.800,00;
- (D) R\$ 29.200,00;
- (E) R\$ 29.400,00.

33

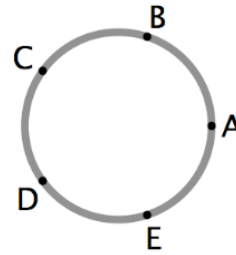
O conselho diretor de uma empresa teve os mesmos 5 membros desde o ano 2012. Na última reunião deste ano de 2015 o membro mais velho, que tinha 58 anos, foi substituído por um mais jovem, mas a média de idade dos membros do conselho ficou igual à média das idades na mesma época de 2012.

Na reunião de 2015, a idade do novo membro do conselho era de:

- (A) 40 anos;
- (B) 41 anos;
- (C) 42 anos;
- (D) 43 anos;
- (E) 44 anos.

34

A figura abaixo mostra uma pista circular de ciclismo dividida em 5 partes iguais pelos pontos A, B, C, D e E.



Os ciclistas Marcio e Paulo partem simultaneamente do ponto A, percorrendo a pista em sentidos opostos. Marcio anda no sentido horário com velocidade de 10km/h, Paulo no sentido anti-horário com velocidade de 15km/h, e eles se cruzam várias vezes.

Marcio e Paulo se cruzam pela terceira vez no ponto:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

35

No primeiro turno do campeonato piauiense de futebol 6 times participam, mas somente 4 chegam às semifinais.

O número de possibilidades diferentes para o conjunto dos 4 times que estarão nas semifinais é:

- (A) 10;
- (B) 12;
- (C) 15;
- (D) 18;
- (E) 30.

36

Em uma empresa com 40 funcionários, um funcionário é considerado novo quando está na empresa há menos de 5 anos e é considerado antigo quando está há 5 anos ou mais.

Atualmente, há 14 funcionários novos na empresa, 18 funcionários com curso superior e 16 funcionários antigos que não possuem curso superior.

O número de funcionários novos com curso superior é:

- (A) 4;
- (B) 6;
- (C) 8;
- (D) 10;
- (E) 12.

37

Em um saco há 3 bolas brancas, 3 bolas amarelas e 3 bolas vermelhas. Duas delas são retiradas ao acaso.

A probabilidade de que essas bolas sejam de cores diferentes é:

- (A) $3/4$;
- (B) $3/5$;
- (C) $4/5$;
- (D) $2/3$;
- (E) $1/2$.

38

Um grupo de 6 estagiários foi designado para rever 50 processos e cada processo deveria ser revisto por apenas um dos estagiários. No final do trabalho, todos os estagiários trabalharam e todos os processos foram revistos.

É correto afirmar que:

- (A) um dos estagiários reviu 10 processos;
- (B) todos os estagiários reviram, cada um, pelo menos 5 processos;
- (C) um dos estagiários só reviu 2 processos;
- (D) quatro estagiários reviram 7 processos e dois estagiários reviram 6 processos;
- (E) pelo menos um dos estagiários reviu 9 processos ou mais.

39

Cada um dos 160 funcionários da prefeitura de certo município possui nível de escolaridade: fundamental, médio ou superior. O quadro a seguir fornece algumas informações sobre a quantidade de funcionários em cada nível:

	Fundamental	Médio	Superior
Homens	15	30	
Mulheres	13		36

Sabe-se também que, desses funcionários, exatamente 64 têm nível médio. Desse funcionários, o número de homens com nível superior é:

- (A) 30;
- (B) 32;
- (C) 34;
- (D) 36;
- (E) 38.

40

Renato falou a verdade quando disse:

- Corro ou faço ginástica.
- Acordo cedo ou não corro.
- Como pouco ou não faço ginástica.

Certo dia, Renato comeu muito.

É correto concluir que, nesse dia, Renato:

- (A) correu e fez ginástica;
- (B) não fez ginástica e não correu;
- (C) correu e não acordou cedo;
- (D) acordou cedo e correu;
- (E) não fez ginástica e não acordou cedo.

41

A partir do ano de 1852, quando a cidade de Teresina foi fundada, certa igreja resolveu promover, de 7 em 7 anos, uma festa em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, a padroeira da cidade. Essa festa ocorre, então em 1859, 1866, e assim por diante, estabelecendo uma tradição.

Mantendo-se a tradição, a próxima festa será realizada em:

- (A) 2017;
- (B) 2018;
- (C) 2019;
- (D) 2020;
- (E) 2021.

42

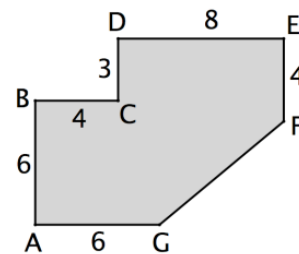
As fotos dos 60 funcionários de certa seção da prefeitura serão colocadas em um quadro retangular, arrumadas em linhas e colunas. Sabe-se que o quadro deve ter pelo menos 3 linhas e pelo menos 3 colunas.

O número de formatos diferentes (número de linhas e número de colunas) que esse quadro poderá ter é:

- (A) 5;
- (B) 6;
- (C) 7;
- (D) 8;
- (E) 10.

43

A figura abaixo mostra a planta de um salão. Os ângulos A, B, C, D e E são retos e as medidas assinaladas estão em metros.



A área desse salão em m^2 é:

- (A) 81;
- (B) 86;
- (C) 90;
- (D) 94;
- (E) 96.

44

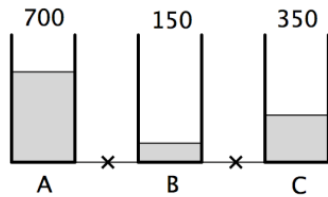
Francisca tem um saco com moedas de 1 real. Ela percebeu que, fazendo grupos de 4 moedas, sobrava uma moeda, e, fazendo grupos de 3 moedas, ela conseguia 4 grupos a mais e sobravam 2 moedas.

O número de moedas no saco de Francisca é:

- (A) 49;
- (B) 53;
- (C) 57;
- (D) 61;
- (E) 65.

45

Em um prédio há três caixas d'água chamadas de A, B e C e, em certo momento, as quantidades de água, em litros, que cada uma contém aparecem na figura a seguir.



Abrindo as torneiras marcadas com x no desenho, as caixas foram interligadas e os níveis da água se igualaram.

Considere as seguintes possibilidades:

1. A caixa A perdeu 300 litros.
2. A caixa B ganhou 350 litros.
3. A caixa C ganhou 50 litros.

É verdadeiro o que se afirma em:

- (A) somente 1;
 (B) somente 2;
 (C) somente 1 e 3;
 (D) somente 2 e 3;
 (E) 1, 2 e 3.

46

A criação de uma comarca está condicionada ao preenchimento de determinados requisitos previstos na lei de organização judiciária. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a área do respectivo território deve ser superior a quarenta quilômetros quadrados;
 (B) a população mínima do Município deve ser de vinte mil habitantes;
 (C) os Municípios não podem concorrer com recursos próprios para o preenchimento dos requisitos legais;
 (D) a população mínima do Município deve ser de quinze mil habitantes;
 (E) o serviço forense da comarca a ser desmembrada deve ser de, no mínimo, sessenta processos anuais.

47

A respeito da organização interna do Tribunal de Justiça do Piauí, para fins de prestação da tutela constitucional, é correto afirmar que ele funcionará:

- (A) em plenário, em seções cíveis e criminais, bem como em câmaras especializadas, sendo três cíveis e duas criminais;
 (B) em plenário, em câmaras especializadas, sendo quatro cíveis e duas criminais, e em câmaras reunidas;
 (C) em seções cíveis e criminais, em câmaras especializadas, sendo duas cíveis e duas criminais, e em câmaras reunidas;
 (D) em seções cíveis e criminais e em câmaras reunidas, sendo três cíveis e três criminais;
 (E) em plenário e em câmaras especializadas, sendo duas cíveis e duas criminais.

48

A respeito da denominada "reversão", é correto afirmar que:

- (A) consubstancia uma forma de provimento terceirizado do cargo público;
 (B) reflete o retorno do servidor em gozo de férias à atividade regular;
 (C) é forma de retorno a um estágio anterior da respectiva carreira;
 (D) pode ocorrer quando insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez;
 (E) somente pode ocorrer após a declaração de invalidade do ato de exoneração.

49

Considerando a divisão de competências no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, mais especificamente as atividades desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça, bem como sua organização interna, é correto afirmar que:

- (A) esse órgão deve fiscalizar os serviços forenses e administrativos da justiça de primeiro e de segundo graus;
 (B) somente a Corregedoria realiza correições ordinárias e anuais nos órgãos de primeira instância;
 (C) o Desembargador, no exercício do mandato de Corregedor Geral, fica dispensado de sua função judicante normal;
 (D) as correições extraordinárias são sempre realizadas por deliberação da Corregedoria Geral;
 (E) não estão sujeitas à correição da Corregedoria Geral as escriturarias das Varas de Fazenda Pública.

50

A denominada exoneração do serviço público é uma forma de dissolução do vínculo funcional passível de ocorrer quando o servidor público estadual:

- (A) for condenado, em decisão administrativa irreversível, pela prática de uma infração disciplinar;
 (B) requerer a sua aposentadoria voluntária, por ter preenchido os requisitos etário e de tempo de serviço;
 (C) for promovido para cargo diverso, inserido na mesma carreira a que pertence;
 (D) tomar posse no cargo público e não tiver um exercício funcional contínuo pelo prazo de seis meses;
 (E) não satisfizer as condições estabelecidas para o seu estágio probatório.

51

A respeito da responsabilização administrativa dos servidores, é correto afirmar, nos termos do Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, que a instauração do respectivo processo administrativo ou sindicância punitiva cabe:

- (A) conforme a instância de atuação do servidor, ao Presidente do Tribunal de Justiça ou ao Corregedor-Geral da Justiça;
- (B) ao Juiz de Direito ao qual o servidor implicado está subordinado ou ao Juiz Diretor do Fórum;
- (C) concorrentemente, ao Corregedor-Geral da Justiça ou ao Juiz de Direito ao qual o servidor está subordinado;
- (D) exclusivamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, que pode delegar a instrução a um Juiz de Direito;
- (E) exclusivamente ao Corregedor-Geral da Justiça, que pode delegar a instrução a um Juiz de Direito.

52

Para fins de divisão e organização do serviço, o Estado do Piauí possui uma divisão judiciária. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a divisão judiciária somente contempla a organização em instâncias;
- (B) existem comarcas de entrância final, de entrância intermediária e de entrância inicial;
- (C) as comarcas são sempre classificadas em duas categorias;
- (D) os Juizados Especiais são sempre enquadrados na primeira entrância;
- (E) somente a Capital do Estado é uma comarca de entrância final.

53

A respeito da sistemática afeta ao cargo de Secretário de Serviços Cartorários Cíveis, é correto afirmar, de acordo com a sistemática do Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, que:

- (A) é um cargo de provimento efetivo, o que exige a prévia aprovação em concurso público;
- (B) é um cargo em comissão, que tem como requisito a conclusão do ensino médio;
- (C) do valor da respectiva gratificação, 10% correspondem ao vencimento e 90% à representação;
- (D) o substituto legal ou eventual do Secretário deve ter cursado, no mínimo, o segundo ano do ensino médio;
- (E) o servidor público efetivo designado para o cargo pode acumular a remuneração com a do cargo que ocupa.

54

Determinado servidor público sofreu grave acidente de trabalho e foi afastado do serviço público. Após um período de recuperação, foi sensível a redução de sua capacidade laborativa. Apesar disso, era plenamente possível que viesse a exercer atribuição diversa, compatível com suas atuais condições físicas. Nesse caso, o referido servidor:

- (A) será readaptado e, caso inexistir cargo vago, exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga;
- (B) quando retornar ao serviço público, deve exercer, necessariamente, as mesmas atribuições que exercia quando do acidente;
- (C) não pode retornar ao serviço público, devendo ser necessariamente aposentado por invalidez;
- (D) pode ocupar qualquer outro cargo público compatível com suas condições físicas, independentemente do nível de escolaridade exigido;
- (E) somente poderá ser reintegrado quando criado um cargo público semelhante ao que ocupava, de modo que possa provê-lo.

55

Apesar de os Juizes de Direito possuírem a garantia constitucional da inamovibilidade, é possível determinar a sua remoção compulsória em situações excepcionais, o que ocorre quando demonstrado que sua permanência é prejudicial ao interesse público. A esse respeito, é correto afirmar que o processo de remoção compulsória:

- (A) somente pode ser iniciado por proposta do Presidente do Tribunal de Justiça;
- (B) exige prova pré-constituída, não havendo espaço para dilação probatória;
- (C) decorre de ato prejudicial ao interesse público, como o vício de embriaguez;
- (D) não pode ser instaurado pelo fato de o Juiz estar sendo ameaçado em sua segurança pessoal;
- (E) pode ser antecedido de sindicância, da alçada do Tribunal Pleno, para apurar situações prejudiciais ao interesse público.

56

Em razão do escalonamento funcional existente no serviço público estadual e da correlata organização dos cargos públicos em carreira, é correto afirmar que:

- (A) a transposição de cargos públicos é uma forma de elevação na respectiva carreira;
- (B) tanto o servidor estável como aquele em estágio probatório podem ser livremente promovidos;
- (C) a avaliação do servidor, para fins de promoção, é realizada exclusivamente pelo superior hierárquico;
- (D) na promoção na carreira, o critério de antiguidade tem precedência sobre o de merecimento;
- (E) é exigido um interstício mínimo de dois anos para a promoção de um nível para outro da carreira.

57

Um ex-servidor público estadual procurou a Administração Pública e afirmou que desejava ser reconduzido ao cargo.

É possível que tal ocorra no caso de:

- (A) servidor público inativo, quando cessarem os motivos da aposentadoria por invalidez;
- (B) servidor estável, quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo;
- (C) ocupante de cargo em comissão, que é nomeado para outro cargo;
- (D) servidor público inativo, quando a sua aposentadoria for anulada por decisão judicial transitada em julgado;
- (E) servidor estável, quando invalidada a decisão administrativa que aplicou a sanção de demissão.

58

No que diz respeito às garantias e às atividades desenvolvidas pelos Juízes de Direito Adjuntos, é correto afirmar que:

- (A) atuam juntamente com os Juízes de Direito, exercendo as mesmas competências;
- (B) devem substituir os Juízes de Direito, mas não têm as mesmas garantias dos magistrados;
- (C) somente podem exercer funções administrativas, não funções judicantes;
- (D) somente podem praticar atos de instrução, não atos decisórios;
- (E) são numerados ordinalmente e têm as mesmas garantias dos magistrados.

59

A respeito das atribuições da carreira de Analista Processual, afeta à área judiciária do grupo funcional de Analista Judiciário, é correto afirmar que, no seu rol de competências está:

- (A) redigir, em forma legal, os ofícios e mandados;
- (B) comparecer às audiências ou designar substituto;
- (C) realizar diligências e cumprir os mandados judiciais;
- (D) responder a consulta jurídica quando solicitado;
- (E) prestar assistência técnica e apoio na área de informática.

60

Considerando a sistemática estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, a respeito dos limites das decisões monocráticas passíveis de serem proferidas pelo relator, é correto afirmar que ele:

- (A) não pode denegar ou decretar a prisão preventiva nos processos criminais;
- (B) pode julgar o mérito dos recursos sempre que estiver convencido da correção da tese sustentada;
- (C) pode determinar que o Ministério Público ajuíze a ação penal cabível sempre que demonstrada a autoria de crime;
- (D) pode denegar a ordem em mandado de segurança, desde que siga a jurisprudência consolidada do Tribunal;
- (E) não pode expedir alvarás de soltura, o que é de competência exclusiva do colegiado.

61

Determinada proposta de emenda constitucional foi subscrita por quatorze Assembleias Legislativas, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta dos seus membros. Essa proposta foi aprovada, durante situação de calamidade pública, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pelos votos de exatos três quintos dos respectivos membros presentes à sessão, sendo certo que apenas dez por cento dos parlamentares faltaram à votação. Por fim, a emenda constitucional foi promulgada. À luz da sistemática instituída pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que essa emenda constitucional é inconstitucional:

- (A) apenas por apresentar um vício de iniciativa;
- (B) apenas por não ter sido aprovada pelo quórum exigido;
- (C) por afrontar um limite circunstancial de reforma e por não ter sido aprovada pelo quórum exigido;
- (D) apenas por afrontar um limite circunstancial de reforma;
- (E) por apresentar vício de iniciativa e afrontar um limite circunstancial de reforma.

62

Ricardo foi aprovado em concurso público e tomou posse no cargo de cientista de determinado ente da Administração Pública indireta. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que ele, preenchidos os requisitos exigidos pela ordem jurídica:

- (A) não pode tomar posse em outro cargo público, de modo a acumular ambos os cargos;
- (B) pode tomar posse em um cargo técnico, de modo a acumular ambos os cargos;
- (C) não pode tomar posse em outro cargo público, de modo a acumular ambos, salvo se o outro cargo for da área de saúde;
- (D) somente pode acumular cargos públicos se o novo cargo em que tomar posse for de professor;
- (E) pode tomar posse em outro cargo científico, de modo a acumular ambos.

63

Considerando a relevância dos direitos políticos no Estado Democrático de Direito, ao que se soma a possibilidade de virem a ser restringidos, é correto afirmar, sob o prisma estritamente constitucional, que:

- (A) a suspensão dos direitos políticos e as causas de inelegibilidade produzem idênticos efeitos jurídicos;
- (B) a inabilitação restringe a cidadania em suas acepções ativa e passiva;
- (C) a suspensão dos direitos políticos somente restringe a cidadania em sua acepção ativa;
- (D) as causas de inelegibilidade produzem restrições mais amplas que a suspensão dos direitos políticos;
- (E) a inabilitação produz efeitos mais amplos que as causas de inelegibilidade.

64

Em setembro de 1988, foi promulgada determinada lei estadual que disciplinou certos aspectos relacionados à preservação do meio ambiente. Alguns setores representativos da doutrina e da jurisprudência consideraram que a lei, por destoar da Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, não fora por ela recepcionada. À luz da sistemática constitucional, a compatibilidade dessa lei com a Constituição vigente pode ser analisada, pelo Supremo Tribunal Federal, no exercício de sua competência originária, desde que observados os requisitos previstos na ordem jurídica, com:

- (A) o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade;
- (B) o ajuizamento da ação declaratória de constitucionalidade;
- (C) a interposição de recurso extraordinário;
- (D) o uso da ação de descumprimento de preceito fundamental;
- (E) o uso da reclamação.

65

O art. 5º, LXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, dispõe que *“ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”*. À luz dos referenciais de aplicabilidade e eficácia, é correto afirmar que, a partir desse enunciado linguístico, se obtém uma norma constitucional:

- (A) programática;
- (B) de eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- (C) de eficácia contida e aplicabilidade imediata;
- (D) preceptiva;
- (E) de eficácia limitada e aplicabilidade imediata.

66

A Constituição de 1988, ao enunciar os seus princípios fundamentais, fez menção, em seu art. 1º, à “República Federativa do Brasil” e ao “Estado Democrático de Direito”. Considerando a essência dessas expressões, é correto afirmar que a forma de Estado adotada é a:

- (A) composta;
- (B) republicana;
- (C) unitária;
- (D) presidencial;
- (E) representativa.

67

Em relação ao regime jurídico dos bens públicos, a doutrina de Direito Administrativo destaca a característica da:

- (A) inalienabilidade, segundo a qual os bens dominicais não podem ser, em qualquer hipótese, alienados;
- (B) impenhorabilidade, segundo a qual os bens públicos não se sujeitam ao regime de penhora;
- (C) imprescritibilidade, segundo a qual os bens públicos não podem ser objeto de usucapião, exceto os de uso especial;
- (D) onerabilidade, segundo a qual os bens públicos podem ser gravados com hipoteca e anticrese em favor de terceiros;
- (E) licitação, segundo a qual todos os bens públicos só podem ser adquiridos mediante prévio procedimento licitatório.

68

Intervenção do Estado na propriedade pode ser conceituada como toda e qualquer atividade estatal que, amparada em lei, tenha por fim ajustá-la aos inúmeros fatores exigidos pela função social a que está condicionada, com base na supremacia do interesse público sobre o privado. Como modalidade de intervenção do Estado na propriedade, destaca-se:

- (A) a requisição administrativa, que ocorre na hipótese de o Poder Público procurar proteger o patrimônio cultural brasileiro, determinando restrições quanto ao uso de determinado imóvel pelo seu proprietário;
- (B) o tombamento, que ocorre na hipótese de utilização do espaço físico de uma escola particular para abrigar desalojados em razão de fortes chuvas que causaram o decreto de estado de calamidade pelo iminente risco público;
- (C) a ocupação temporária, que ocorre na hipótese de o poder público proceder diretamente à limpeza de determinado terreno que esteja sendo foco de proliferação de vetores, caso seu proprietário não atenda à obrigação positiva de limpeza que lhe foi imposta;
- (D) a limitação administrativa, que ocorre na hipótese de utilização temporária de terrenos particulares contíguos a estradas (em construção ou em reforma), para a alocação transitória de máquinas de asfalto e equipamentos de serviço;
- (E) a servidão administrativa, que ocorre na hipótese de direito real público de implantação de gasodutos e oleodutos pelo poder público em áreas privadas para a execução de determinados serviços públicos.

69

Prefeito Municipal nomeou sua esposa para o exercício de cargo em comissão de Assessor de seu gabinete, violando o verbete de Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal. Como se sabe, a Administração não pode atuar com vistas a beneficiar (ou prejudicar) pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento, razão pela qual a conduta do Prefeito violou diretamente o princípio constitucional expresso do art. 37, *caput*, da Constituição da República da:

- (A) publicidade;
- (B) presunção de veracidade;
- (C) competitividade;
- (D) autotutela;
- (E) impessoalidade.

70

Sobre a obrigatoriedade de aprovação em prévio concurso público para exercício de função em cargo público, extrai-se do texto constitucional que:

- (A) todos os cargos efetivos atualmente somente podem ser preenchidos por candidato aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- (B) as funções de confiança são exercidas por pessoas não concursadas e por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (C) os cargos em comissão são preenchidos, em sua integralidade, por servidores de carreira ocupantes de cargos efetivos, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (D) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza, a remuneração e a complexidade do cargo ou emprego;
- (E) não obstante a regra geral seja a exigência de aprovação em concurso público, há casos em que a própria Constituição se auto excepciona, como o chamado quinto constitucional na composição dos Tribunais do Poder Judiciário.

71

Em tema de poderes administrativos, são hipóteses de regular emprego do poder de polícia quando o agente público competente determina, observadas as formalidades legais, com a finalidade de coagir o infrator a cumprir a lei, a:

- (A) demissão de servidor público estável ocupante de cargo efetivo, após processo administrativo disciplinar, pela prática de falta funcional;
- (B) edição de um decreto, contendo atos normativos que regulamentem determinada lei sobre a imposição de penalidades administrativas;
- (C) interdição de atividade privada irregular, a apreensão de mercadorias deterioradas ou a demolição de construção ilegal com risco iminente de desabamento;
- (D) instauração de sindicância sumária para apurar o desaparecimento de armas de fogo e munições de dentro do departamento da Secretaria de Segurança Pública;
- (E) remoção de agente da Defesa Civil da área operacional para área administrativa, diante de sua baixa produtividade evidenciada em relatório de atividades funcionais.

72

Saulo, Prefeito Municipal, no exercício do mandato, no mês de junho de 2009, com vontade livre e consciente, revelou fato ou circunstância de que tinha ciência em razão das atribuições do cargo e que devia permanecer em segredo. Saulo exerceu o mandato eletivo até 31 de dezembro de 2012 e não foi reeleito, retornando suas atividades de empresário do ramo de posto revendedor de combustível. Em maio de 2015, o Ministério Público ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face de Saulo, em razão do fato acima narrado. Em sua defesa preliminar, o agora ex-Prefeito alegou prescrição da pretensão estatal e inocorrência de ato de improbidade administrativa porque não houve dano ao erário. De acordo com a Lei 8.429/92, os argumentos utilizados na defesa:

- (A) merecem prosperar, eis que o dano ao erário é imprescindível para configuração do ato de improbidade e porque a prescrição ocorreu em junho de 2014;
- (B) merecem prosperar, eis que o dano ao erário é imprescindível para configuração do ato de improbidade e porque a prescrição ocorreu em 31 de dezembro de 2012;
- (C) merecem prosperar, eis que, apesar de o dano ao erário ser prescindível para configuração do ato de improbidade, a prescrição ocorreu em junho de 2014;
- (D) não merecem prosperar, eis que o dano ao erário é prescindível para configuração do ato de improbidade e porque a prescrição somente ocorreria em 31 de dezembro de 2017;
- (E) não merecem prosperar, eis que o dano ao erário é prescindível para configuração do ato de improbidade e porque a pretensão de imposição de todas as sanções pessoais pela prática de improbidade é imprescritível.

73

Alice, engenheira química e consultora da XY Produtos Agrícolas S.A., busca um corretor para a celebração de um plano de saúde individual. O corretor solicita o preenchimento de um formulário, no qual a contratante deve informar os históricos pessoal e familiar de saúde, profissão que desempenha, e dados complementares que entender relevantes na contratação. Por entender dispensável, ela omite intencionalmente o fato de manipular material químico altamente volátil para a composição de agrotóxicos. Sobre os fatos narrados, é correto entender que:

- (A) por não se tratar de plano de saúde coletivo, contratado em razão da profissão que exerce, as informações omitidas são irrelevantes ao equilíbrio econômico-jurídico do contrato;
- (B) em razão da autonomia contratual, o plano de saúde deve solicitar específica e discriminadamente toda informação relevante ao contrato, independentemente da conduta da outra parte;
- (C) pelo princípio da obrigatoriedade, embora Ana não haja informado intencionalmente, o plano está vinculado a prestar seus serviços mantendo o valor da contraprestação avençada inicialmente;
- (D) em razão da omissão, o plano de saúde pode recusar-se à cobertura médica de forma imediata, independentemente de aviso prévio a Ana sobre suspensão da cobertura contratada;
- (E) por força do princípio da boa-fé objetiva, a conduta de Ana viola a lealdade contratual e desequilibra a proporcionalidade entre as prestações devidas pelos contratantes.

74

Jacira adquiriu uma propriedade imóvel de Roberta. Toda a documentação necessária foi conferida pelo registrador, e o negócio cumpriu as exigências registrais que a lei impõe. Pouco tempo depois, Janaina reivindica o imóvel. Ela comprova a legitimidade do seu direito e demonstra a fraude das escrituras obtidas por Roberta. Diante dessa situação:

- (A) Janaina não conseguirá de volta seu imóvel, pois Jacira é terceira de boa-fé, cabendo-lhe demandar perdas e danos contra Roberta;
- (B) Jacira reterá o bem até que Janaina lhe restitua as despesas decorrentes da contratação celebrada com Roberta;
- (C) Roberta deverá repassar a Janaina o valor obtido com a venda do imóvel a Jacira;
- (D) Roberta não restituirá o valor a Jacira, pois a avença atendeu às formalidades requeridas pela autoridade registradora;
- (E) Jacira, ainda que de boa-fé, perderá o imóvel para Janaina, cabendo-lhe, apenas, repetir os valores pagos a Roberta.

75

Clara, professora universitária, vive com Paula há 15 anos. O relacionamento é público, e dentre os demais familiares e amigos, Paula e Clara são reconhecidas como um casal. Elas compartilham o domicílio, as despesas cotidianas e as responsabilidades do dia a dia. Na universidade em que Clara leciona, há um acordo coletivo que reconhece aos cônjuges, companheiros e descendentes dos funcionários o direito a cursar com bolsa integral os cursos superiores lá oferecidos. Sobre a questão, é correto afirmar que, conforme o entendimento firmado no STF, as uniões entre pessoas do mesmo sexo:

- (A) devem gozar do mesmo status jurídico das uniões heterossexuais. Portanto Paula terá direito ao curso com bolsa integral;
- (B) por falta de previsão legal ou constitucional, não devem gozar do status jurídico de família. Portanto, Paula não terá direito à bolsa integral;
- (C) não constituem família, embora não haja vedação legal para tanto. Portanto, Paula não terá direito à bolsa;
- (D) não constituem família, entretanto há uma parceria econômica entre elas. Portanto, Paula terá direito à concessão da bolsa integral;
- (E) são consideradas família, mas não são equiparadas aos efeitos civis da união estável. Portanto, Paula não terá direito à bolsa.

76

Maria tomou um voo comercial no Brasil com destino a Portugal. Após a decolagem, a aeronave sofreu uma pane e o avião caiu no Oceano Atlântico. As equipes de busca encontraram alguns destroços. Não encontraram corpos, mas não há qualquer indício de sobrevivente. Pedro, marido de Maria, para receber o seguro de vida do qual é beneficiário, poderá solicitar:

- (A) que seja declarada a morte presumida de Maria, pelas equipes de busca, em documento escrito;
- (B) à seguradora o pagamento da indenização, independentemente da declaração de morte de sua esposa;
- (C) a decretação de ausência e a nomeação de curador para administrar os interesses da esposa desaparecida;
- (D) ao Judiciário a declaração, por sentença, da morte presumida, com a fixação da data provável da morte de Maria;
- (E) à companhia aérea uma declaração oficial sobre o acidente para apresentar à seguradora e requerer a indenização.

77

Joana, locatária do imóvel de Marcela, reiteradamente efetua o pagamento mensal das despesas referentes à locação na sede da X Administradora de imóveis LTDA. Não obstante, Marcela, ao longo de toda a execução contratual, tenha prestado a quitação do pagamento feito pela inquilina, ela percebe que no termo de locação há a previsão de o pagamento se realizar no domicílio do credor. Diante do ocorrido, caberá à interessada requerer:

- (A) a reexecução das prestações, em razão da mora de Joana, que efetuou o pagamento em local diferente do avençado contratualmente;
- (B) a revisão contratual, a fim de adequar os termos da avença e atualizar o local onde o contrato deva ser cumprido e o aluguel prestado;
- (C) a eficácia dos pagamentos, pois seria a hipótese de renúncia presumida do credor quanto ao local de cumprimento da obrigação;
- (D) a alteração do local de cumprimento do contrato, pois em regra, no silêncio das partes, a lei determina que as obrigações sejam cumpridas no domicílio do credor;
- (E) o desfazimento do contrato, pois com o cumprimento imperfeito, a conservação da locação tornou-se inútil aos interesses da locadora.

78

Isis, advogada, dirige-se ao cartório de certa Vara Cível para consultar os autos de um processo no qual representa os interesses de uma das partes. Chegando ao local, após enfrentar uma fila demorada, ela é informada pela serventuária que os autos estão indisponíveis à consulta em razão de conclusão. Isis, então, insulta a funcionária, diante de um número considerável de pessoas, utilizando termos de baixo calão e depreciativos. Sobre o ocorrido, pode-se verificar que a advogada:

- (A) por estar representando os interesses do seu cliente, não será responsabilizada por sua conduta perante a serventuária;
- (B) embora esteja no exercício profissional, responderá civilmente pelos danos morais causados à serventuária;
- (C) por gozar de inviolabilidade constitucionalmente prevista, ainda que cause dano, não responderá civilmente à serventuária;
- (D) por exercer direito legalmente reconhecido, não comete ato ilícito e não responderá civilmente à serventuária;
- (E) pela violação à integridade moral da serventuária, responderá civilmente à serventuária de forma objetiva.

79

Helena dirige-se ao Centro Hospitalar K LTDA para realizar uma consulta emergencial. Após ser atendida por um médico plantonista do hospital, ela retorna à casa com as devidas recomendações médicas e prescrições de medicamentos. Seu estado de saúde se agrava e ocorre o óbito. O laudo cadavérico atesta erro médico quanto ao tratamento aplicado a Helena. Sobre o ocorrido:

- (A) verifica-se uma relação de consumo, e o Centro Hospitalar, como fornecedor, responderá subjetivamente pelo vício do serviço prestado;
- (B) não se verifica uma relação de consumo, e o Centro Hospitalar não responderá pelo erro do seu preposto médico;
- (C) verifica-se uma relação de consumo, e o médico responderá objetivamente como fornecedor do serviço viciado;
- (D) verifica-se uma relação de consumo, e o Centro Hospitalar responderá objetivamente pelo fato do serviço;
- (E) não se verifica uma relação de consumo, mas o Centro Hospitalar responderá subjetivamente pelo dano causado por seu preposto médico.

80

Considerando o disposto na Lei nº 11.419/2006, é correto afirmar que:

- (A) quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 23 (vinte e três) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos do seu último dia;
- (B) as intimações feitas por meio eletrônico em portal próprio não dispensam a intimação pessoal, com carga dos autos, aos órgãos de representação judicial das Fazendas Públicas;
- (C) considera-se realizada a intimação por meio eletrônico no dia, útil ou não, em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização;
- (D) nos casos urgentes em que a intimação feita na forma eletrônica possa causar prejuízo a quaisquer das partes, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo Juiz;
- (E) a distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, serão feitas em até 24 (vinte e quatro) horas pelo escrivão, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

81

Sobre os Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública, é correto afirmar que:

- (A) nos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública, a competência é fixada pelo critério relativo do valor da causa;
- (B) o incapaz não pode ser parte nos processos perante os Juizados Especiais Cíveis;
- (C) nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, somente será admitido recurso contra a sentença;
- (D) nos Juizados Especiais Cíveis, apenas é possível a execução de seus próprios julgados;
- (E) nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as pessoas jurídicas de direito público gozam de prazo em dobro para recorrer.

82

A respeito do perito e da prova pericial, é correto afirmar que:

- (A) a remuneração do perito será rateada entre as partes quando a produção da prova pericial houver sido requerida por ambas ou determinada de ofício pelo Juiz;
- (B) aplicam-se ao perito os motivos de impedimento, mas não os de suspeição;
- (C) o perito tem o dever de cumprir o ofício para o qual foi nomeado, somente podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo no prazo legal;
- (D) é opção discricionária do Juiz ser assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico;
- (E) o perito somente responde civil e penalmente pela prestação de informações inverídicas quando agir dolosamente.

83

Sobre a execução de prestação alimentícia, conforme o disposto no Código de Processo Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) o cumprimento da pena de prisão exige o devedor de alimentos do pagamento das prestações vencidas, continuando obrigado ao adimplemento das vincendas;
- (B) o pagamento da prestação alimentícia não suspende o cumprimento da ordem de prisão;
- (C) o débito alimentar que autoriza a prisão civil é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem após;
- (D) o oferecimento de embargos pelo devedor de alimentos obsta o levantamento da penhora em dinheiro;
- (E) o não pagamento escusável da prestação alimentícia no prazo assinalado pelo Juiz sujeita o devedor à prisão.

84

Considerando as regras previstas no Código de Processo Civil de 1973 sobre a audiência e a produção das provas em audiência, é correto afirmar que:

- (A) no procedimento sumário, a impugnação ao valor da causa deve ser decidida antes da audiência;
- (B) a conciliação é admissível quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado, sendo vedada nas causas de estado, de família e naquelas que envolverem interesse da Fazenda Pública;
- (C) em caso de ausência injustificada de advogado à audiência, as provas requeridas pela parte que representar podem ser dispensadas pelo Juiz;
- (D) é vedado o adiamento da audiência pela vontade das partes;
- (E) é defeso a uma testemunha assistir ao depoimento das demais, sendo, em contrapartida, franqueado à parte estar presente durante o depoimento pessoal da *ex adverso*, em homenagem à ampla defesa.

85

Relativamente à petição inicial, seus requisitos, elementos e causas de indeferimento, é correto afirmar que:

- (A) interposta apelação em face da sentença liminar de improcedência, mantida esta e recebido o recurso pelo juiz, deverá o apelado ser intimado para oferecer contrarrazões;
- (B) é requisito da petição inicial, versando a causa sobre obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, a quantificação do valor incontroverso, que será consignado em juízo;
- (C) o pedido será cumulativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo;
- (D) quando a obrigação consistir em prestações periódicas, deverá o autor formular pedido expresso que as compreenda para que sejam apreciadas na sentença;
- (E) para que seja admissível a cumulação de pedidos compatíveis entre si, o mesmo procedimento deve ser adequado e o mesmo juízo deve ser competente para conhecer de todos eles, não sendo exigida a conexão.

86

Em sua clássica obra "Acesso à Justiça", Mauro Cappelletti e Bryant Garth identificaram os obstáculos a serem transpostos para assegurar o direito ao acesso efetivo à justiça e propuseram soluções práticas para os problemas relacionados a esse acesso, denominando-as de "ondas". Nesse contexto, a alternativa que caracteriza uma das ondas de acesso à justiça é:

- (A) criação de escolas de formação de magistrados;
- (B) representação dos interesses difusos;
- (C) redução dos procedimentos especiais;
- (D) reforço da neutralidade judicial;
- (E) combate ao uso seletivo de incentivos econômicos para encorajar acordos.

87

No que diz respeito aos atos de comunicação processual, considerando o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) na citação por hora certa, incumbe ao escrivão, após a diligência, enviar ao réu carta, telegrama ou radiograma, para dar-lhe ciência;
- (B) quando a parte ré for pessoa incapaz, poderá ser citada por oficial de justiça ou por via postal, mas não por edital;
- (C) caso seja determinada a citação de pessoa residente em comarca contígua, conquanto de fácil comunicação, deverá ser aberta conclusão dos autos ao Juiz para determinar a expedição de carta precatória;
- (D) a alegação inverídica, dolosa ou culposa, de inacessibilidade do lugar em que se encontra o réu, sujeita a parte que requerer a citação por edital a multa;
- (E) na citação por hora certa, deverá o oficial de justiça deixar contrafé da certidão da ocorrência com pessoa da família ou quem quer que esteja na residência do citando, sendo nula a diligência caso a contrafé seja entregue a vizinho.

88

A respeito dos atos processuais, é correto afirmar que:

- (A) o direito de consultar os autos de processo que corre em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes, seus ascendentes e descendentes, bem como a seus procuradores;
- (B) correm em segredo de justiça, quando assim decidir o Juiz da causa, os processos que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores;
- (C) os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, podem ser praticados pelo servidor, desde que à vista de determinação do Juiz, que supervisionará a atuação;
- (D) a desistência da ação ou do recurso só produz efeito depois de homologada judicialmente;
- (E) os atos e termos do processo devem ser assinados pelas pessoas que neles intervieram, devendo o escrivão certificar nos autos quando não quiserem ou não puderem fazê-lo, valendo a certidão independentemente de testemunhas da ocorrência.

89

Ressalvada a situação daquele que se omite, quando tinha dever de evitar ou apurar, os condenados por crime de tortura, na forma da Lei nº 9.455/97, devem cumprir a pena em regime:

- (A) integralmente fechado;
- (B) inicialmente fechado;
- (C) inicialmente semiaberto;
- (D) inicialmente semiaberto, no caso de tortura vindicativa;
- (E) aberto.

90

A qualificadora "deformidade permanente" do crime de lesão corporal (artigo 129, § 2º, IV, do CP) deve ser valorada quando:

- (A) da consumação do crime;
- (B) da prática da ação;
- (C) do exaurimento do crime;
- (D) da ação médica reparadora;
- (E) da oitiva em juízo.

91

Aristharco conduzia seu VW Karmann-Guia 1969, em via pública, nas proximidades da Praça Desembargador Edgard Nogueira, Centro Cívico, Teresina/PI, sem documento, vindo a colidir, por imprudência, com o Audi TT, de Rico, provocando-lhe escoriações diversas. Por ter reservado um camarote numa boate, Rico disse que não queria fazer qualquer tipo de registro policial, declarando expressamente sua vontade de não representar criminalmente contra Aristharco. Ainda assim, Policiais Militares conduzem todos à Delegacia de Polícia, onde Rico reitera sua vontade, terminando a autoridade policial por registrar todo o fato, encaminhando o procedimento ao Ministério Público. A conduta de Aristharco deve configurar:

- (A) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e crime de dirigir sem habilitação;
- (B) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor;
- (C) crime de dirigir sem habilitação;
- (D) lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, agravada pela ausência de habilitação;
- (E) crime algum, diante da extinção da punibilidade, pela renúncia à representação, absorvida a direção sem habilitação.

92

No caso de concurso entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante de violência contra a mulher, é correto afirmar que:

- (A) a atenuante da confissão espontânea deve ser considerada como circunstância preponderante, por envolver a personalidade do agente;
- (B) a atenuante da confissão espontânea não deve ser considerada como circunstância preponderante, por envolver a personalidade do agente;
- (C) a agravante da violência contra a mulher deve ser considerada como circunstância preponderante, por envolver a personalidade do agente;
- (D) a agravante da violência contra a mulher não deve ser considerada como circunstância preponderante, por envolver a personalidade do agente;
- (E) a agravante da violência contra a mulher e a atenuante da confissão espontânea se compensam, por serem igualmente preponderantes.

93

Em relação ao Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90), é correto afirmar que:

- (A) deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, é crime apenado com reclusão;
- (B) privar a criança ou adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente, é crime apenado com reclusão;
- (C) deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada é crime apenado com reclusão;
- (D) promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro é crime apenado com detenção;
- (E) adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é crime apenado com reclusão.

94

Em determinado processo, após revogar a prisão preventiva de dois réus, o juízo deixa de dar ciência ao Ministério Público, que opinara de forma desfavorável à liberdade dos acusados. Ultrapassados dois meses, concede-se vista pessoal dos autos ao Ministério Público, para que tome ciência da data designada para audiência em outra Comarca, que ocorrerá por carta precatória. O promotor de Justiça, então, pleiteia a decretação de nulidade do processo, por violação do contraditório, o que é rejeitado pelo magistrado. Obedecidos os pressupostos e requisitos legais, o recurso cabível para desafiar a decisão judicial que negou a decretação de nulidade é:

- (A) apelação;
- (B) apelação residual;
- (C) recurso em sentido estrito;
- (D) correição parcial;
- (E) mandado de segurança.

95

Contra a denegação de *habeas corpus* por Tribunal Superior prevê a Constituição da República remédio jurídico expresso, consistente em:

- (A) recurso extraordinário;
- (B) recurso especial;
- (C) recurso ordinário;
- (D) mandado de segurança;
- (E) *habeas corpus*.

96

João foi denunciado pelos crimes de associação criminosa e concussão, por diversas vezes. Sua resposta preliminar não foi suficiente para ilidir a acusação. Com o recebimento da denúncia e citação foi iniciada a instrução processual. O Ministério Público havia pedido, na cota da exordial, a quebra do sigilo fiscal e bancário, relativa a cinco contas titularizadas pelo réu, o que foi deferido, por decisão fundamentada, e, após a resposta das instituições bancárias, foram juntados aos autos diversos documentos. Diante da complexidade do caso, a instrução processual foi cindida. Em meados de dezembro, foram ouvidas quinze testemunhas arroladas pelo Ministério Público, sendo designada a continuidade da audiência de instrução e julgamento, para oitava das testemunhas arroladas pela Defesa, para a última semana de janeiro. Ocorre que, no início de janeiro, João assumiu o cargo de Prefeito de um município do interior. O Magistrado, então, após ouvir o Ministério Público, declinou de sua competência em favor do Tribunal de Justiça estadual. Ao receber a demanda, observado o rito da competência originária, o Relator deverá:

- (A) dar prosseguimento à instrução, sem a necessidade de ratificação dos atos sem ou com caráter decisório;
- (B) dar prosseguimento à instrução, sem a necessidade de ratificação dos atos sem caráter decisório;
- (C) dar prosseguimento à instrução, sem a necessidade de ratificação dos atos com caráter decisório;
- (D) dar prosseguimento à instrução, após a ratificação de todos os atos com caráter decisório;
- (E) declarar a nulidade dos atos instrutórios praticados, retomando o procedimento a partir do recebimento da denúncia.

97

A via adequada para nova tomada de declarações da vítima com vistas à possibilidade de sua retratação e utilização em futura revisão criminal é:

- (A) prova produzida unilateralmente pelo interessado;
- (B) declaração da vítima firmada em cartório;
- (C) declaração da vítima de próprio punho;
- (D) declaração da vítima de próprio punho com firma reconhecida;
- (E) justificação judicial.

98

No que pertine à colaboração premiada, considerada como meio de obtenção de prova (Lei nº 12.850), é correto afirmar que:

- (A) é possível que o agente colaborador traga informações a respeito de pessoas que não tenham relação alguma com aqueles que, primariamente, sejam alvo da investigação;
- (B) não é possível que o agente colaborador traga informações a respeito de pessoas que não tenham relação alguma com aqueles que, primariamente, sejam alvo da investigação;
- (C) os órgãos de persecução devem elaborar um instrumento de colaboração premiada para cada fato criminoso a ser revelado pelo agente colaborador;
- (D) as informações a respeito de crimes que não tenham relação alguma com aqueles da investigação matriz devem receber tratamento distinto do conferido à descoberta fortuita de provas;
- (E) as informações a respeito de crimes que não tenham relação alguma com aqueles da investigação matriz devem receber tratamento distinto do conferido à serendipidade.

99

Durante investigação realizada para apurar desvio de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda não incorporadas ao patrimônio estadual, provas concretas indicam o envolvimento de determinado Deputado Federal, licenciado do seu cargo, para exercer a função de Secretário de Saúde do Estado do Piauí. Desprezando a questão da conexão pelo concurso de pessoas, o órgão jurisdicional que deve conhecer do futuro processo e julgamento desse agente é:

- (A) Supremo Tribunal Federal, pelo foro por prerrogativa de função relativo ao cargo de Deputado Federal;
- (B) Superior Tribunal de Justiça, pelo foro por prerrogativa de função relativo ao cargo de Deputado Federal;
- (C) Tribunal de Justiça, pelo foro por prerrogativa de função relativo ao cargo de Secretário de Estado;
- (D) Tribunal Regional Federal, pelo foro por prerrogativa de função relativo ao cargo de Secretário de Estado;
- (E) Juiz de Direito de primeiro grau, diante da ausência de foro por prerrogativa de função para o cargo do agente.

100

Em determinado processo, o réu Jeremias foi condenado pelo crime de roubo majorado pela ameaça exercida pelo emprego de arma de fogo, à pena total de seis anos de reclusão, em regime fechado. Em recurso exclusivo da defesa, o Tribunal de Justiça afasta a majorante reconhecida pelo Juízo de piso, porém acrescenta a majorante de a vítima estar em serviço de transporte de valores, que em momento algum fora aventada, reduzindo, ao final, a pena para cinco anos de reclusão. No que toca ao alcance do princípio da vedação da *reformatio in pejus* (artigo 617 do CPP), é correto afirmar que:

- (A) diante da redução de pena alcançada, a *reformatio in pejus* deve ser interpretada junto com o princípio da proporcionalidade;
- (B) a ausência de recurso da acusação não vedaria a conduta adotada pelo Tribunal de Justiça, diante da ausência de prejuízo para a defesa;
- (C) a vedação da *reformatio in pejus* se restringiria à quantidade final de pena, porquanto se trataria de mero cálculo aritmético;
- (D) a ausência de recurso da acusação não vedaria a conduta adotada pelo Tribunal de Justiça, caso a pena final aplicada ao réu fosse mantida no mesmo patamar;
- (E) a vedação da *reformatio in pejus* não se restringiria à quantidade final de pena, mas sim à efetiva valoração da conduta levada a efeito pelo sentenciado.

Realização

